



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

25

REC	PUBLICADO NO D.O.U.
12º	19.04.1994
C	
L	Rubrica

Processo no 13038.000044/91-19

Sessão de : 19 de outubro de 1993 ACORDÃO Nº 202-06.156  
Recurso nº 91.399  
Recorrente: TALISMA - INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA.  
Recorrida : DRF EM PELOTAS - RS

**DCTF - MULTA POR ENTREGA A DESTEMPO.** Demonstrados nos autos que a DCTF fora entregue após o início do procedimento fiscal, é de ser mantida a penalidade imposta, prevista no art. 11º, parágrafos 2º, 3º e 4º, do Decreto-Lei nº 1.968/82. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **TALISMA - INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente a Conselheira TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1993.

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente

ANTÔNIO CARLOS BUENO RIBEIRO - Relator

GUSTAVO DO AMARAL MARTINS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 19 NOV 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELTO ROTHE, OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA, JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA, TARASIO CAMPELO BORGES e JOSE CABRAL GAROFANO.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no: 13038.000044/91-19

Recurso no: 91.399

Acórdão no: 202-06.156

Recorrente: TALISMA - INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA.

**RELATORIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO**

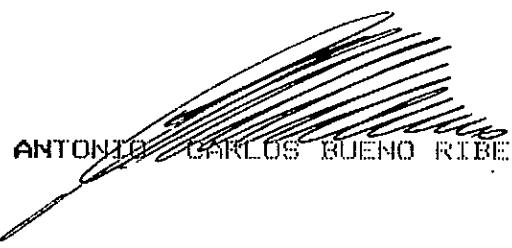
Em atendimento à Diligência nº 202-1.480, decidida na Sessão de 26.03.1993 deste Colegiado, foi trazido aos autos o documento de fls. 28 (Termo de Início de Fiscalização), dando conta que o procedimento fiscal, do qual a contribuinte teve ciência em 10.06.91, também visou atestar o cumprimento da obrigação acessória relativa à obrigatoriedade de entrega das DCTF no prazo legal.

Fica, portanto, constatada a incorrencia de espontaneidade na entrega das DCTF em foco, já que ocorrida em 06.08.91.

Uma vez que as ditas DCTF foram entregues a destempo, conforme demonstrado nos autos, é de ser mantida a penalidade imposta, prevista no art. 11, parágrafos 2º, 3º e 4º do Decreto-Lei nº 1.968/82 (com a redação dada pelo art. 10 do Decreto-Lei nº 2.065/83), por força do disposto parágrafo 3º do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.124/85.

São essas as razões que me levam a negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1993.

  
ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO